

Saúde humanizada como um direito: o relato da fundação e das transformações da liga acadêmica de medicina de família e comunidade de Toledo



ISSN 2358-7180

*Humanized healthcare as a right: the story of the
foundation and transformations of the Family
Medicine Interest Group from Toledo*

**Carlos Eduardo Merss¹, Ériky Fernandes Guimarães Silva², Ana Luiza de Melo
Menezes³, Rafaela Viana Vieira⁴, Janaina Fischer⁵, Erika Heni Taffarel⁶, Sabrina
Ibrahim Isa Abdel Hadi⁷, Anna Victoria Verginassi⁸, Mayara Angélica Bolson
Salamanca⁹**

RESUMO

Ligas Acadêmicas (LAs) são projetos universitários de estudantes com um interesse em comum, que devem ser pautados no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão e que surgem da percepção da necessidade de complementação da formação acadêmica e integração da universidade com a comunidade. O pilar da extensão, consolidado no século 19, passou por diversas modificações conceituais e expressa um dos objetivos primordiais de uma LA: construir uma relação entre o universo acadêmico e a comunidade na qual se insere. Mais do que isso, aproximar-se, conhecer e transformar, dentro de seu escopo, a realidade social muitas vezes negligenciada pelos currículos. Realizar ações extensionistas, no entanto, é um constante desafio às LAs, pela burocracia envolvida e o pouco tempo disponível para atividades paralelas à matriz curricular. Este trabalho se propõe a relatar e discutir a experiência da Liga Acadêmica de Medicina de Família e Comunidade da UFPR – Campus de Toledo (LAMF), em sua tentativa de realizar extensão em um contexto e estrutura que parecem desvalorizar essas iniciativas. A LAMF promoveu extensão por meio de fóruns em simpósio acadêmico, publicações em linguagem simples nas redes sociais, palestras, encontros e formação de grupos de trabalho que debateram questões negligenciadas e da realização de atividades práticas. É possível vencer os

¹ Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. mdmors@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1805-0378>

² Acadêmico de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. Dados de contato: erikyfgs2013@hotmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-0807-4886>

³ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. aluizammenezes@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2909-4314>

⁴ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. rafaela.vieira@ufpr.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-2725-9886>

⁵ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. janainafischer@ufpr.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4883-654X>

⁶ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. erikahenitaffarel@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2029-1725>

⁷ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. sabrinahadi@ufpr.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5038-0561>

⁸ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. anna061000@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0035-6798>

⁹ Docente de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Campus de Toledo. Toledo, Paraná, Brasil. mayara.salamanca@ufpr.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2074-734X>

obstáculos que impedem a realização de extensão popular e aproximar o meio acadêmico da comunidade, de modo que o ensino na universidade possibilite, além da formação técnica, a construção de profissionais críticos e capazes de modificar a realidade social muitas vezes ignorada pela academia.

Palavras-chave: Extensão comunitária. Currículo. Educação Médica. Medicina de Família e Comunidade.

ABSTRACT

Interest groups (IG) are university projects formed by graduate students with a common interest and that should be ruled by the university tripod of education, research and extension and that come from the perception of the necessity to complement the academic formation and the integration between university and community. The extensionist pillar has been through multiple changes in its concept and translates one of the main objects of an IG: build a relation between the academy and the community in which it's inserted. More than that, to approximate, to know and to transform the social reality usually neglected by the curricula. This paper intends to report and discuss the experience of the Family Practice Interest Group from UFPR – Toledo Campus (FPIG) in its trial to build true extensionism in a context that seems to undervalue this kind of initiative. FPIG promoted extension through forums, social media posts, lectures, meetings, workgroups for neglected matters and practical activities. It is possible to overcome the obstacles that impede the accomplishment of popular extension and approximate the academy with the Community, in a way that the university education enables, beyond technical formation, the Generation of critical professionals that are able to change their social reality.

Keywords: Community-Institutional Relations. Curriculum. Medical Education. Family Practice.

INTRODUÇÃO

O debate acerca do academicismo, que afasta a academia da realidade social, é bastante antigo. Ao se analisarem os três pilares da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão (DA SILVA, COELHO; 2022), esta última nasce como a proposta que venceria esse obstáculo, mas que acabou esbarrando no mesmo desafio: a circunscrição pelos muros da academia, sem, de fato, dialogar com a comunidade externa. De origem quase coincidente com o início da prática universitária, foi apenas em meados do século 19 que a extensão se estabeleceu como parte do tripé universitário. A partir de revoluções latino-americanas, de caráter nacionalista em oposição ao colonialismo europeu, como a Mexicana e a Cubana, e Movimentos Estudantis fortalecidos, como o de Córdoba, a extensão foi ganhando espaço no debate acadêmico e passou a penetrar na concepção de universidade, que não mais poderia se descolar das mazelas sociais, isolando-se no elitismo institucional (BENINCÁ, CAMPOS; 2017).

No Brasil, embalada pelo clima revolucionário que colocara Getúlio Vargas no poder, ocorreu a primeira grande reforma universitária, percorrendo a década de 1930 e definindo a extensão como um dos objetivos da universidade brasileira (BENINCÁ, CAMPOS; 2017). No Decreto 19.851 do “Governo Provisorio da Republica dos Estados

Unidos do Brasil” de 11 de abril de 1931, consta, em seu artigo 42 (BRASIL, 1931): “A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário”. Em seu primeiro parágrafo, determina-se: “Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardam os altos interesses nacionais”. No artigo 109, adiciona-se que: “A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo”.

Em 1987, com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileira, a extensão foi definida como: “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade” (BENINCÁ, CAMPOS apud FORPROEX, 1987). Tal decisão reforçou-se na Constituição Federal de 1988, em que consta (BRASIL, 1988): “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” e no Plano Nacional de Educação de 2014, que determina a curricularização da extensão em sua meta 12.7, e que posteriormente é regulamentada na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação, que coloca (CNE, 2018): “Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

O debate da curricularização da extensão tem-se feito presente na imensa maioria das instituições de ensino superior (IES) brasileiras, ainda levantando múltiplos questionamentos e dúvidas em sua forma de incorporação, apesar da extensa legislação e do quase um século de discussão acerca do tema. Entretanto, sua incorporação, desde que adequada, pode ser determinante na concepção de uma universidade mais popular e sensível às necessidades da população. Compreendendo essa importância, pensadores como Boaventura de Sousa Santos passaram a defender o papel de apoio da extensão no combate às mazelas sociais, bem como na proposição de projetos que influenciem direta e positivamente na dignidade de populações e comunidades vulneráveis. Também não

caberia à universidade determinar essas necessidades, de modo imperialista e dominador, mas sim construir uma comunicação verdadeiramente dialógica, colaborativa e democrática, de forma a validar as necessidades dos seres humanos em situação de fragilidade, enquanto sujeitos de direitos. Essa concepção passou a ser chamada Extensão Popular (SANTOS, 2005).

Num resgate histórico do surgimento das ligas acadêmicas (LAs) de medicina no Brasil, observa-se que a primeira delas, a Liga de Combate à Sífilis, foi criada na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1920 (BURJATO, SAMPAIO; 1999). A lógica conceitual para as LAs à época, entretanto, era outra, distante da atual estrutura conservadora que replica a estrutura de micropoder das salas de aula tradicionais, voltando-se, de fato, à formação de um grupo de trabalho que, em campo, atuasse juntamente da população, surgindo com um caráter extensionista e muito mais popular que o atualmente aplicado (FERRAZ et al., 2022). A concepção flexneriana do currículo distanciava o estudante recém-chegado, ainda no “ciclo básico”, das atividades práticas, o que tornou as LAs altamente atrativas. Acrescida a isso, a cobrança institucional para a realização de atividades extracurriculares ampliou ainda mais a criação e a procura pelas LAs. Entretanto, não houve crescimento congruente da supervisão, normatização e regulamentação desses projetos e de suas atividades (MISAEI et al.; 2022). Esse cenário levou a uma crescente dedicação ao currículo não-planejado, ou paralelo, acarretando em negligência diante da matriz curricular formal, e em especialização precoce dos graduandos (MONTEIRO, 2008; HAMAMOTO FILHO, 2011; MOREIRA, et al., 2019; GOERGEN, HAMAMOTO FILHO, 2021).

Por configurarem livres iniciativas de protagonismo estudantil, as experiências são variadas e muito distintas, tendo influência controversa, especialmente quando se buscam dados de seu impacto junto à população. Isso, por sua vez, dá-se pela falta de estudos cujo desfecho seja identificar e mensurar esses objetivos, bem como pelo número diminuto de atividades direcionadas à comunidade (FERRAZ et al.; 2022). Tal fato pode se dar pela burocracia, pelo calendário acadêmico com escassas possibilidades de inserção de outras atividades e pelo distanciamento entre a academia e a comunidade (SILVA, FLORES; 2015). Ao serem estudadas 15 LAs de medicina, notou-se que, apesar do amplo reconhecimento da importância de atividades extensionistas, poucas de fato concretizaram ações nessa área (GOERGEN, 2017). Além disso, ainda no que tange as livres iniciativas, não podem ser negligenciados os riscos da atuação das LAs sem a

devida supervisão e orientação, vez que podem configurar exercício ilegal da profissão, bem como seus objetivos podem ser deturpados, sem qualquer oferta de serviço em prol da comunidade (HAMAMOTO FILHO, 2010).

Ainda no que tange a influência controversa das LAs na formação médica, envoltos pela realidade de uma medicina cada vez mais ultra especializada, surgem embates importantes entre a formação oferecida nas IES e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014 para os cursos de Medicina, que preconizam a formação de um profissional generalista (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; 2014). A propensão à especialização precoce é favorecida pelas LAs e suportada pelos docentes especialistas, podendo cursar com o grande acúmulo de conhecimento em determinadas especialidades em detrimento do desempenho nas grandes áreas da medicina (clínica médica, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, pediatria e saúde coletiva). Também se nota maior interesse por especialidades que incorporam mais tecnologias, como oncologia, cardiologia e cirurgia, enquanto áreas mais relacionadas à saúde coletiva, como a Medicina de Família e Comunidade (MFC), tendem a ser menos contempladas e valorizadas pelos estudantes (CABRAL FILHO, RIBEIRO; 2004). A esse fato, adiciona-se o prejuízo à construção de um profissional autônomo e socialmente competente, visto que esse processo pode resultar em uma concepção enviesada ou reducionista do que é o processo de saúde-doença, indo de encontro às expectativas e necessidades da população (CABRAL FILHO, RIBEIRO; 2004).

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A Liga Acadêmica de Medicina de Família e Comunidade da Universidade Federal do Paraná – Campus de Toledo (LAMF) foi fundada em 2019, com o objetivo de contemplar atividades de um verdadeiro projeto extensionista, focando suas ações não apenas no currículo acadêmico, mas agregando atividades educacionais e recreativas, promoção e prevenção de saúde, utilizando-se sempre das mais recentes recomendações da medicina baseada em evidências. Um dos principais sinais da necessidade de uma LA de MFC era o fato de que, apesar de o Curso de Medicina da UFPR, Campus de Toledo, ter como uma de suas premissas a implementação das DCN de 2014 - que propunham a formação de médicos generalistas, com caráter humanístico, crítico e reflexivo e que adentrassem a Atenção Primária à Saúde (APS) desde o primeiro semestre de curso,

mesmo após 3 anos de seu funcionamento e a fundação de diversas outras LAs de especialidades médicas variadas, nenhuma se propunha a focar na APS e na medicina generalista.

Durante todo o ano de 2018, reuniu-se um grupo de estudantes interessados pela temática, que realizou diversas reuniões a fim de que se debatessem longamente o estatuto e o projeto de extensão, de modo a amadurecê-los ao longo desse tempo. Esse grupo, naturalmente, conformou-se como a gestão fundadora da LAMF. Singularmente, a logomarca do projeto foi pensada de forma minuciosa, para expressar o significado da MFC para acadêmicos, médicos e sociedade, e representá-la em uma imagem. Por conta disso, foram excluídas representações de um só tipo de conformação familiar, como bonecos ou silhuetas, símbolos muito encontrados em outras LAs da mesma temática. Dessa maneira, optou-se pela simbologia de uma casa, ou melhor, um lar, envolvido por um par de mãos azuis – que não se referem a nenhuma raça/cor específica, representando o acolhimento que a MFC deve propor às pessoas, sem distinção de sexo, gênero, raça/cor, etnia, nacionalidade ou orientação sexual, entre outras determinações sociais. Nela, deve ser possível encontrar apoio e ajuda na resolução dos mais diversos problemas, de saúde ou não, que entornam a entidade do ser humano.

Imagem 1: Logomarca da LAMF. Fonte: Autores (2018).



Desde o início do processo de fundação, pensou-se em como tornar o projeto o mais colaborativo e acolhedor possível. Para isso, a concepção do processo seletivo (PS) para novos membros (chamados ligantes), deu-se de modo a oportunizar a inscrição e a aprovação de estudantes de todos os períodos do curso, pela ausência de pré-requisitos e pela equalização e disponibilização prévia dos conteúdos exigidos, a fim de minimizar diferenças entre acadêmicos de diferentes etapas do curso. Na mesma linha de ação, os

cargos também foram pensados de forma horizontalizada. Para isso, onde se descreviam as funções gerais da Diretoria, constava um somatório das tarefas de todos os cargos, de modo que, antes de serem individuais, eram coletivas. A fim de se estabelecer uma gestão colegiada, também, não foram descritos cargos como o de "Presidente" e "Tesoureiro", mas de "Diretor Geral" e "Diretor Financeiro", dentre outras diretorias, compreendendo-se que os conceitos também são importantes na determinação da prática.

Diante desse contexto, é válido ressaltar que o protagonismo estudantil pautado desde o início da fundação da liga ultrapassou a concepção do estatuto, visto que o projeto de extensão também foi integralmente construído pelos acadêmicos fundadores. Assim, demandou-se da coordenação docente apenas sua revisão e envio para aprovação em colegiado, que se deu logo na primeira tentativa, e o mesmo se repetiu na Coordenação de Extensão da UFPR. Para iniciar suas atividades, então, foi realizado o 1º Simpósio de Medicina de Família e Comunidade do Oeste do Paraná (1º SMFCOP), ao final de 2019.

Logo em sua estreia, a LAMF trouxe ao público do evento temas de importante cunho social que são pouco (ou nunca) evidenciados na formação médica. Dentre as atividades desenvolvidas, realizou-se o 1º Fórum de Toledo em Saúde de Minorias (1º FTSM), ministrado por uma mulher trans, que debateu com estudantes e profissionais de saúde acerca de suas vivências no Sistema Único de Saúde (SUS). Outros momentos do evento abordaram a saúde dos cuidadores e a aplicação de grupos Balint, o uso de plantas medicinais, atenção à violência contra mulher na APS, e painéis de gestão, com convidados da 20ª Regional de Saúde do Estado do Paraná e da Secretaria Municipal de Saúde de Toledo (SMS), que discutiram o perfil de vulnerabilidade da região e o desenvolvimento de suas ações prioritárias. É digno de nota que a certificação dos participantes foi emitida pela Escola de Administração Pública do município.

No início do ano seguinte, logo após as primeiras atividades da LAMF, o mundo foi surpreendido pela pandemia do SARS-CoV-2, com a suspensão de todos os projetos da UFPR. Deu-se, assim, o congelamento da programação da LAMF, o que acarretou o adiamento do PS que já estava com data marcada e pronto para ser executado. Dessa maneira, diante das incertezas da situação, a gestão fundadora resolveu adotar, durante o primeiro semestre de 2020, encontros quinzenais entre os próprios diretores. Foram realizados encontros embasados em artigos científicos e com a presença de mentores qualificados em temas como espiritualidade na medicina, saúde planetária, cuidados paliativos e humanidades médicas, contemplando-se o pilar universitário do Ensino.

Após estabilizado o ensino remoto, a gestão da LAMF, compreendeu que projetos de intervenção social estavam muito limitados pelo contexto. Desse modo, seu foco voltou-se para outro pilar do tripé universitário, a pesquisa, privilegiando a produção acadêmica. Foram três trabalhos aprovados no II Congresso de Saúde Coletiva da UFPR e outros três no 58º Congresso Brasileiro de Educação Médica, com relatos de experiência da curta história da LAMF, bem como reflexões sobre as temáticas dessas experiências. Além disso, a LAMF compôs a organização de um evento coordenado pelo Centro Acadêmico de Medicina de Toledo intitulado Interligas, com o foco em Urgências e Emergências. Em sua participação, a LAMF convidou o secretário de saúde do Estado do Rio de Janeiro para debater acerca de Emergências em Saúde Pública, com atualizações relevantes e uma reflexão crítica sobre o momento da pandemia.

No segundo semestre de 2020, deu-se início ao primeiro PS para ingresso de novos ligantes, diante da necessidade de novos membros para que se ampliassem as atividades da LAMF. A seleção foi feita por meio de uma prova online, composta por questões que abordavam temas longitudinais em Saúde Pública (SP) e Saúde Coletiva (SCo), bem como MFC. Após a prova teórica, foi realizada entrevista individual conduzida pela coordenadora do projeto e, com a somatória das notas, deu-se o ingresso de 8 acadêmicos, ainda no primeiro ano do projeto. Em outubro daquele ano, a LAMF realizou, em parceria com a LA de Pediatria, a aula aberta “Violência infantil sob múltiplos aspectos: como identificar e manejar as vítimas”, considerando a importância da compreensão do tema para a atuação do profissional médico. Para tanto, foram convidados uma psicóloga, uma assistente social, um juiz da vara da infância e uma médica pediatra, que abordaram a violência, a realidade das vítimas, as responsabilidades legais do médico e o atendimento à vítima, conforme suas respectivas áreas de atuação.

Em dezembro, diante do cenário pandêmico e na tentativa de incentivar a autonomia dos ligantes e estimular sua atuação por meio da sensação de pertencimento e identificação com o projeto, os diretores organizaram cinco Grupos de Trabalho (GTs) conforme os temas eleitos como de maior interesse: saúde da população negra, saúde da população LGBTQIA+, saúde da mulher, educação em saúde e determinação social do processo saúde-doença. Cada ligante poderia compor até três GTs, conforme seus interesses, e voluntários de cada grupo se propuseram a coordená-los, tendo por função organizar seu cronograma, objetivos e metodologia e mediar suas atividades, que eram autônomas. Para que os coordenadores dos GTs fossem melhor preparados para lidar

com as atividades necessárias, a diretoria ofereceu a eles uma oficina de capacitação, na qual foram abordadas formas colaborativas pelas quais pudessem se dar a organização e a realização das atividades. Também foi criado um grupo de *WhatsApp* com os coordenadores, a fim de que tivessem uma linha direta para comunicação com a diretoria.

Ainda, para que os membros da própria diretoria pudessem estar melhor preparados, sentindo-se mais seguros e para que o grupo, como um todo, estivesse entrosado e em sintonia quanto aos objetivos, necessidades e interesses individuais e coletivos na e da LAMF, os diretores geral e executivo organizaram uma oficina de gestão. Ao longo dela, cada um dos diretores pôde expor o que valorizava dentro das atividades da liga, além de competências individuais - incluindo comunicação, escrita científica e gestão de projetos - que almejava desenvolver ao longo do mandato. A partir disso, o grupo definiu suas prioridades, alinhadas aos princípios da LAMF e, assim, pôde reconhecer a melhor forma de organização de suas atividades.

Para que as aulas, eventos e atividades da liga contemplassem as expectativas de todos os participantes, bem como as áreas de maior fragilidade e/ou relevância para a prática profissional, a Diretoria da LAMF organizou formulários para a sugestão de temas. A partir dos resultados obtidos com os questionários, foi estruturado o cronograma de atividades da liga em um calendário de encontros quinzenais. Visando a adequação de cada conteúdo à melhor forma de assimilação e participação dos ligantes, os modelos dos encontros eram variados. Foram desenvolvidas atividades expositivas, nas quais profissionais eram convidados a compartilhar com os ligantes seus conhecimentos teóricos e suas experiências vivenciadas; e atividades dinâmicas, com vistas a uma participação mais ativa, nas quais os diretores ou convidados trabalharam temas de cunho mais social, como saúde mental, educação popular, linguagem não-verbal no atendimento em saúde, pobreza menstrual e transtornos alimentares. Ao longo das dinâmicas, eram utilizadas ferramentas interativas - como *quizzes* e nuvens de palavras - que favoreciam a participação dos presentes e a assimilação de conceitos. Em sequência, abria-se espaço de discussão, razão pela qual eram previamente fornecidos referenciais de base. Além disso, para que todos da liga pudessem conhecer as temáticas trabalhadas nos encontros dos grupos de trabalho, os coordenadores e membros dos GTs organizaram encontros - dinâmicos e expositivos - em que eram debatidos os temas centrais de cada grupo.

Nesse contexto de pandemia, algumas atividades da LAMF foram direcionadas às redes sociais, dentre as quais o *Instagram* se mostrou ferramenta útil na disseminação de conhecimento. A partir de março de 2021, foram publicadas postagens semanais, produzidas pelos ligantes, em linguagem acessível e embasadas cientificamente. Foi organizado cronograma sob responsabilidade da Diretoria de Comunicação cujos temas foram definidos pelos ligantes considerando-se as demandas da população. Todos os conteúdos divulgados nas redes foram revisados por membros selecionados da Diretoria. Dentre as publicações, há postagens acerca do trabalho do médico de família, políticas de saúde, epidemiologia, princípios da APS, entre outros. Ainda, foram divulgados vídeos curtos, produzidos pelos ligantes, sobre temas como aleitamento materno e calendário vacinal e abertas caixas de perguntas interativas para que pudessem ser sanadas dúvidas dos espectadores dessas publicações. Com vistas às demandas prementes em saúde pública, a LAMF engajou-se na campanha da SMS “Bora lá vacinar”, iniciada em agosto de 2021, a fim de incentivar a vacinação contra a Covid-19 em crianças e adolescentes, que se deu quando do início da pesquisa da vacina da Pfizer na cidade. Durante a campanha, publicaram-se respostas a perguntas frequentes da população, como em relação às diferentes formas de produção, efeitos colaterais, segurança, eficácia e impacto global da vacinação. Nas publicações, utilizaram-se fotos dos próprios ligantes recebendo a vacina, como forma de se incentivar por meio do exemplo.

Com o propósito de debater uma temática de interesse dos ligantes, de grande relevância na SCo e pouco abordada nas graduações de medicina, a LAMF organizou, ainda em agosto, uma mesa redonda denominada “Conversando sobre gestão”. Para a realização do evento, foram convidados quatro profissionais da SMS com experiência de atuação na área, incluindo duas enfermeiras, uma médica e um médico. No decorrer do encontro, os profissionais compartilharam suas experiências e conhecimentos, o que permitiu que os participantes – tanto da comunidade acadêmica quanto da comunidade externa – obtivessem informações teórico-práticas realistas acerca desse tema ainda distante e obscuro para muitos dos alunos.

Em setembro de 2021, com o início de um novo semestre letivo, foi organizado mais um processo seletivo em que foram admitidos cinco novos membros. Nesse ínterim, também em setembro de 2021, a antiga Diretoria da LAMF propôs e aprovou uma reforma estatutária, com alterações conceituais e práticas no funcionamento do projeto. A Diretoria, composta por oito membros, passou a ser chamada Conselho Diretor (CD),

bem como alguns de seus cargos foram alterados, de modo a se tornar ainda mais horizontal. Também foi descrito um novo cargo, a “Diretoria de Inovação”, que tem como uma de suas funções o rastreamento de demandas da comunidade externa que possam sofrer intervenção pela LAMF. Além disso, os GTs, que já ocorriam, foram ratificados no documento, bem como foi regulamentado o Conselho Editorial, órgão composto pelas duas diretorias científicas e de extensão e pela diretoria de comunicação, a fim de verificar e ajustar todas as informações divulgadas pela LAMF em suas redes sociais. Outra correção cuidadosa realizada foi a da não determinação de gênero nos documentos da liga, sendo que o cargo “Diretor Geral” passou a ser descrito como “Diretoria Geral”.

Em dezembro de 2021, diante da queda acentuada nos casos de Covid-19 e da cobertura vacinal crescente, os membros do CD se mobilizaram junto da coordenação do projeto com o intuito de inserir atividades práticas na rotina da LAMF, de modo que os ligantes pudessem vivenciar a prática da MFC nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Para isso, os diretores se dividiram em grupos de três ou quatro pessoas e foram semanalmente à UBS em que a coordenadora trabalhava, a fim de acompanhar consultas junto dela ou, então, realizá-las sob supervisão indireta. Durante os encontros, os diretores puderam aplicar conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica e que fazem parte da rotina da MFC, incluindo habilidades de anamnese, exame físico, consultas de pré-natal e de puericultura.

No final de 2021, com o encerramento das atividades anuais da LAMF, foram realizados dois encontros para debater a saúde mental dos estudantes de medicina, sendo o primeiro deles realizado no início de dezembro, de forma remota, como uma roda de conversa organizada pelo CD. Foi disponibilizado previamente um artigo sobre o tema e, durante o encontro, os participantes foram incentivados a compartilhar seus sentimentos e sofrimentos causados pela distância da família, carga horária extensa, autocobrança e competitividade acadêmica. Pensando em dar continuidade ao debate - que teve grande participação dos ligantes -, foi realizada a primeira reunião presencial desde o início da pandemia, para que se compartilhassem seu repertório de enfrentamento e contenção do sofrimento compartilhado no encontro anterior. Previamente, foi divulgado um formulário anônimo para verificar como os ligantes se sentiam e como vinham lidando com sua saúde mental. Durante o encontro presencial, as respostas anônimas foram comentadas pelos presentes, que as justificaram e dividiram uns com os outros suas estratégias. Como encerramento da atividade, divulgou-se um canal de meditação guiada como sugestão para alívio de estresse e ansiedade e a seguir foi

realizada uma confraternização, a fim de permitir que os presentes seguissem compartilhando entre si.

Em um importante momento de valorização da ciência e da necessidade de seu fortalecimento, que foi o ano de 2021, a LAMF compartilhou seus saberes com a comunidade acadêmica por meio de pôsteres e apresentações orais em congressos. Foram dois os aprovados no 12º Congresso Catarinense e Paranaense de Educação Médica e cinco no 59º Congresso Brasileiro de Educação Médica. Também foram conquistadas duas bolsas institucionais de extensão, neste mesmo ano, que refletiram o compromisso da LAMF com as atividades extensionistas em 2020 e puderam oferecer outra forma de apoio e incentivo aos membros do projeto.

DISCUSSÃO

Uma LA centrada na MFC deve trazer em sua essência temáticas negligenciadas na educação médica que apresentam importância para uma formação humanística, haja vista que o conceito de minorias sociais não restringe quantitativamente essas populações, mas evidencia seu menor acesso às estruturas sociais de poder e sua representatividade, que acarretam menor acesso também à saúde (DE OLIVEIRA, 2019). Exemplo dessa negligência é o hiato entre a implantação do curso de medicina em Toledo e a criação de diversas outras LAs e a fundação da LAMF, fosse pela falta de interesse dos acadêmicos em discutir este tema – fato que por si só reflete a formação médica atual, fosse pela falta de estímulo dos docentes. Por ainda existirem estigmas com relação à APS, a qual já foi considerada como uma medicina simplista para as pessoas menos favorecidas (GIOVANELLA, 2018), a MFC não recebe o respaldo merecido, urgindo a criação de espaços, como a LAMF, para a abordagem de temas relacionados à especialidade dentro das faculdades, o que atende também à recomendação das DCN de 2014.

Por consequência, como as universidades são um espelho do que ocorre na sociedade, temas de relevância social e como projetos voltados para auxiliar a comunidade nos fatores que influenciam seu processo de saúde-doença, ainda são pouco abordados pela comunidade acadêmica (TRAVERSO-YÉPEZ, 2001). Dessa forma, tanto os estudantes são prejudicados, pois perdem a oportunidade de exercitar sua proatividade e sua liderança e de ter contato com uma realidade diversa da sua, quanto a população, já que deixa de receber intervenções que poderiam melhorar sua condição. Tal fato estimula

os acadêmicos a prestar o processo seletivo para as LAs de MFC e a torná-las um espaço de discussão e compartilhamento de ideias e ideais, assim como de vivências.

Com vistas a essas questões, a LAMF buscou constituir-se, desde sua concepção, de forma dialógica e trazendo para o centro do debate temas fundamentais para uma boa prática humanista da medicina. Exemplo disso é como se deu o 1º SMFCOP, primeiro grande evento da região voltado à MFC, de forma a atrair profissionais em formação e aqueles já atuantes, que foram certificados por meio da Escola de Administração Pública de Toledo, valendo-se para progressão de carreira dos servidores municipais, o que demonstrou o compromisso da LAMF com a qualificação e atualização dos profissionais da rede. Durante o evento, aconteceu o 1º FTSM, que garantiu espaço a uma pessoa trans, parte de uma comunidade que usualmente não tem lugar assegurado na academia, que pôde intervir na formação de futuros profissionais e na prática daqueles que já atuam, trazendo a perspectiva de quem se senta do outro lado da mesa do consultório. A valorização de tal oportunidade pode ser considerada vital diante da estatística de que o Brasil é o país com mais homicídios contra pessoas trans (BENEVIDES, NOGUEIRA; 2021), e devem ser compreendidas as determinações sociais que levam a essa tragédia, o que vai ao encontro do Estatuto das Universidade Brasileiras, que traz como objetivo da extensão propagar ideais e princípios de alto interesse nacional (BRASIL; 1931).

Também os encontros quinzenais, restritos aos ligantes ou abertos ao público, favoreciam temáticas que geram reflexo na prática junto da comunidade, como educação popular em saúde, educação interprofissional, saúde planetária, atenção à população LGBTQIA+, entre outras. Outros temas, como os da aula aberta sobre violência contra a criança e da mesa-redonda sobre gestão em saúde trazem ao centro do debate situações que, apesar de frequentes, são periféricas na graduação de medicina (KOIFMAN et. al, 2012) e que deveriam ser mais discutidas, haja vista que essa negligência resulta em um déficit na atuação dos futuros profissionais, bem como impactam diretamente numa falta de perspectiva diante desses cenários, visto que não se cogita atuar em áreas que se desconhece (CABRAL FILHO, RIBEIRO; 2004).

Os GTs merecem singular destaque, vez que foram formados diretamente a partir dos próprios ligantes que os comporiam, e que permitiram a eles se debruçar sobre temas que, apesar de caros, são usualmente ignorados na formação médica: saúde da população negra, saúde da população LGBTQIA+, saúde da mulher, educação em saúde e

determinação social do processo saúde-doença. A possibilidade de ser reconhecido em sua individualidade e identificar-se com os temas de estudo e com sua transferência para a prática é motivo de satisfação e engajamento entre os estudantes e, quando do contrário, de sofrimento, perda de motivação e sensação de não pertencimento à escola médica (RAIMONDI et al.; 2019). Ainda, por meio das oficinas de gestão e de coordenação dos GTs, processos que se deram de forma colaborativa e compartilhada, a LAMF demonstrou seu compromisso com o desenvolvimento pessoal de seus membros. Nas ocasiões, despertaram-se nos participantes liderança, engajamento, criatividade, trabalho em equipe e comunicação assertiva, além de terem possibilitado a expressão de ideias e expectativas e a pactuação de objetivos e metas para orientar a gestão de um grupo eficiente, coeso e democrático. Pode-se destacar que houve o acompanhamento constante das atividades realizadas nos GTs, o que possibilitou capacitação permanente e troca de experiências que auxiliou no andamento dos grupos e no compromisso com os projetos propostos. Sendo assim, foi possível reduzir o estresse advindo do despreparo e incerteza (TENÓRIO; 2016), otimizando o trabalho em grupo e a efetividade do projeto.

Contudo, para que tantas atividades ocorressem em apenas dois anos, muito esforço e energia foram exigidos dos extensionistas, o que somado à extensa carga horária da graduação em medicina pode ser um obstáculo na realização desse tipo de atividade. O exíguo tempo livre acrescido às dificuldades de se fazer extensão em um contexto de pandemia global (MELO; 2021) exigiu que os projetos se adaptassem e tornassem reais as ações possíveis, por vezes muito menores que as desejadas, o que fez com que, diante do compromisso extensionista, a realização de ações voltadas para a comunidade externa que não exigissem sincronicidade se tornassem uma alternativa, tendo como exemplo a produção de conteúdo para as redes sociais, o *Instagram* em especial, disponível a qualquer momento e de livre acesso. Utilizando disso, a LAMF buscou aproximar a comunidade dos conhecimentos teóricos-científicos e levar promoção e prevenção à saúde por meio das redes sociais por meio de postagens com linguagem clara e acessível, sanando dúvidas e buscando ser um canal de referência em um momento no qual falsas informações eram veiculadas constantemente à população pelas diferentes mídias (DE BARCELOS; 2021). Assim, os ligantes também tiveram a oportunidade de exercitar habilidades de pesquisa e comunicação e, concomitantemente, promover, pelas plataformas digitais, a educação, prevenção e promoção da saúde.

A carga horária extensa também interfere na vida pessoal dos estudantes ao diminuir o seu contato com atividades de lazer, família e hobbies. Por consequência, a sobrecarga leva à perda de qualidade de vida, estresse, comprometimento da aprendizagem, descontentamento pessoal e prejuízos na relação com o paciente (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2019; MONTEIRO, 2019). Dessa forma, não é surpreendente que os acadêmicos de medicina possuam uma incidência maior de transtornos mentais, como depressão e síndrome de burnout, do que a população em geral (MONTEIRO, ARAÚJO; 2019). Por isso, ao abordar questões relacionadas à saúde mental dos estudantes e ao propor a criação de um espaço seguro, como foi feito ao final de 2021, em que as pessoas pudessem expor suas opiniões e se identificar umas com as outras, a LAMF avançou, também de forma coletiva, no cuidado para com seus membros. Ao favorecer o diálogo e a partilha de seus problemas, especialmente num momento de “confraternização”, em que caem as normas de uma reunião científica, os ligantes puderam buscar conjuntamente soluções para os mesmos, bem como puderam fortalecer sua sensação de pertencimento e encontrar uns nos outros pontos de apoio. Diante dessa conjuntura, fez-se evidente o estímulo a procurar ajuda especializada para aprofundar o diálogo sobre suas questões psicológicas (CONCEIÇÃO; 2019).

A MFC objetiva o atendimento integral e continuado dos indivíduos, das famílias e da comunidade, sem distinção de idade, gênero, cor ou problema de saúde, reafirmando os pilares do SUS de universalidade, equidade e integralidade. É por meio dela, haja vista ser o atual modelo vigente na APS, que o cidadão tem o primeiro contato com o sistema de prestação de cuidados e é, se necessário, encaminhado para os demais níveis de atenção. Ademais, quando bem executada, a MFC possibilita que o profissional de saúde crie vínculos mais acentuados com o paciente, conheça seu contexto sociocultural e econômico, assim como intervenha assertivamente, com abordagens multidirecionais, na origem do problema que afeta o processo saúde-doença do paciente (GUSSO; 2019). Ao longo da construção da LAMF, tentou-se transportar todos esses preceitos para dentro dela: permitir a entrada de acadêmicos de todos os períodos, fazendo-se, por muitas vezes, o primeiro contato deles com uma LA; congregar novos ligantes e novas temáticas indistintamente e sem discriminações; criar vínculos de acolhimento e cuidado entre diretores e ligantes; abordar novas perspectivas diante do conhecimento médico, considerando-se sempre os aspectos sociais, culturais e econômicos etc.

Seguindo este mesmo caminho, as atividades práticas proporcionadas pela LAMF permitiram o contato do acadêmico com a APS, favorecendo a compreensão do seu modelo de funcionamento, realidade e nível de complexidade das condições de vida e de saúde-doença das pessoas atendidas. Desse modo, é possível aprender e realizar de forma mais efetiva, envolvendo o indivíduo como sujeito ativo, a promoção, prevenção e recuperação de saúde, afastando-se do modelo biomédico outrora hegemônico. A partir da compreensão de que campanhas pontuais geram impactos populacionais restritos e costumam não contribuir para a compreensão e empoderamento da comunidade acerca de sua própria saúde (HAMAMOTO FILHO, 2011), valorizar este tipo de intervenção durante a formação médica pode significar alterar, positivamente, o curso de décadas de atuação e a influência na vida de centenas ou milhares de pessoas.

A LAMF tem atuado nesse sentido, propondo-se a construir uma educação de modo contextualizado e integrado da realidade, com ações longitudinais junto à sociedade, buscando uma formação pautada nas necessidades da população, trabalhando as ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde com responsabilidade social, visando o contexto no qual a comunidade se faz inserida, as determinações econômicas, políticas e sociais que interferem no processo saúde-doença e a atuação do SUS, especialmente na APS, para a transformação das realidades (DE OLIVEIRA; 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

LAs são, ou pelo menos deveriam ser, extensionistas em seu cerne. Colocar em prática o pilar de extensão de forma popular, entretanto, tem se mostrado um desafio constante que envolve obstáculos como grande carga horária curricular, falta de incentivo e extensa burocracia. Tais fatores levam à criação de projetos sem cunho popular, presos a discussões e ações restritas ao meio acadêmico, ignorando o real conceito de extensão e tendo pouco ou nenhum efeito transformador na sociedade como um todo. Diante desse contexto, surge a LAMF, com o compromisso de implantar uma proposta diferente - mas com a compreensão de que ela deveria ser a regra - de ações que busquem ultrapassar o ambiente universitário apesar das dificuldades.

Nesse cenário, foram diversas as demonstrações do compromisso social, compreendido como bem-sucedido, abraçado pela LAMF, como (i) a abordagem de temas usualmente negligenciados pelo currículo e importantes socialmente no mundo

atual, em construção dialógica; (ii) a construção colaborativa dos Grupos de Trabalho, voltados para temáticas específicas de interesse dos ligantes e com grande repercussão na prática médica centrada na comunidade; (iii) a utilização do *Instagram*, que permitiu a disseminação de informações baseadas em evidências científicas entre pessoas com diferentes graus de instrução e dos mais variados locais e idade, bem como demonstrou o compromisso da LAMF no combate às *fake news*; (iv) a produção de conhecimento compartilhado, por meio de trabalhos científicos, em eventos de grande impacto; (v) o desenvolvimento pessoal de seus membros durante as oficinas e demais encontros, suscitando competências fundamentais na atuação do profissional médico socialmente responsável; (vi) o cuidado entre pares e o acolhimento de seus membros em situações de sofrimento ou sobrecarga e; (vii) a realização das atividades práticas em UBS, que proporcionou o entendimento da realidade na qual a LAMF está inserida, possibilitando a criação de uma relação entre os estudantes e a comunidade.

A LAMF, neste trabalho, reafirma seu compromisso com a ciência, com a verdade, com a pesquisa socialmente referenciada, com a educação socialmente comprometida, com as práticas de acolhimento e de cuidado, com a prática médica humanizada e com o fortalecimento do SUS.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BENINCÁ, Dirceu; CAMPOS. Fernando Silva. Extensão Popular: uma proposta transformadora para a educação superior. **Dialogia**, São Paulo, n. 27, p. 145-156, set./dez. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <<https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-8-capitulo-3-secao-1-artigo-207>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. “Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil”. Disponível em

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 04 de abril de 2022.

BRASIL; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CES no 116/2014. Diário Oficial da União, n. D, p. 1–47, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10 de abril de 2022.

BURJATO JÚNIOR, Dacio; SAMPAIO, Sebastião Almeida Prado. **História da liga de combate à sífilis e a evolução da sífilis na cidade de São Paulo (1920-1995)**. São Paulo: USP, 1999. 92 p. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001045340>>. Acesso em: 04 de abril de 2022.

CABRAL FILHO, W. R.; RIBEIRO, V. M. B. A Escolha Precoce da Especialidade pelo Estudante de Medicina: um Desafio para a Educação Médica. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 28, n. 2, p. 133–144, 2004.

CONCEIÇÃO, Ludmila de Souza. et al. Saúde mental dos estudantes de medicina brasileiros: uma revisão sistemática da literatura. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 24, n. 3, p. 785–802, dez. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808>. Acesso em 04 de abril de 2022.

DA SILVA, Maria de Lourdes; COELHO, Francisco José Figueiredo. Caminhos plurais e perspectivas de (re)existência nas ações extensionistas. **Revista Extensão em Foco**. Palotina, n. 26, p. 184-198, jan./jul. 2022.

DE BARCELOS, Thainá do Nascimento et. al. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Revista Panameña de Salud Publica** 45, 2021.

DE BENEDETTO, Maria Auxiliadora Craice; GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. Narrativas de estudantes de Medicina e Enfermagem: currículo oculto e desumanização em saúde. **Rev. Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, mai 2018.

DE OLIVEIRA, Mariana Franco Ribeiro, et al. “Saúde e marginalização social: suprimindo falhas curriculares”. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, vol. 14, no 41, p. 1793, agosto de 2019.

FERRAZ, João Eduardo Daher Carneiro; MARCARINI, Bruno Guimarães; SETTE, Pedro Araújo; NEIVA, Caio Magno Deboni; ALVES, Rosana. Ligas Acadêmicas de Medicina: narrativa sobre currículo e regulamentação. **Ensino em Perspectiva**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.

GIOVANELLA, Lúcia. Atenção básica ou atenção primária à saúde?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 8, 20 ago. 2018.

GOERGEN, Diego Inácio. **Ligas acadêmicas**: uma revisão de várias experiências. *ACM Arquivo Catarinense de Medicina*, Florianópolis, v. 46, n. 3, p. 183-193, jul/set. 2017.

GOERGEN, Diego Inácio; HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao. As ligas acadêmicas e sua aproximação com sociedades de especialidades: um movimento de contrarreforma curricular? **Revista Brasileira de Educação Médica**; 45(2):1-7. 2021.

GUSSO, Gustavo; Lopes, José Mauro Ceratti; Dias, Leda Chaves. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade**: princípios, formação e prática. 2 ed. Porto alegre: Artmed, 2019.

HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao et al. Normatização da abertura de ligas acadêmicas: a experiência da Faculdade de Medicina de Botucatu. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 160-167, mar. 2010.

HAMAMOTO FILHO, Pedro Tadao. Ligas Acadêmicas: motivações e críticas a propósito de um repensar necessário. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 535-543, dez. 2011.

KOIFMAN, Lilian et. al. Abordagem do tema "Violência contra a Criança" no curso de medicina da Universidade Federal Fluminense. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 36 (2), Jun 2012.

MELO, Cláudia Batista et. al. A extensão universitária no Brasil e seus desafios durante a pandemia da COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n.3, 2021.

MISAEEL, Jailton Rocha; dos Santos Júnior, Claudio José; Wanderley, Flávia Accioly Canuto. Ligas acadêmicas e formação médica: validação de um instrumento para avaliação e percepção discente. **Revista Brasileira de Educação Médica**; 46 (1): e014. 2022.

MONTEIRO, Livia Leal Ferreira et al. Ligas acadêmicas: o que há de positivo? Experiência de implantação da Liga Baiana de Cirurgia Plástica. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 158-61, 2008.

MONTEIRO, Perla DA Costa et al. A sobrecarga do curso de Medicina e como os alunos lidam com ela. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 4, p. 2998–3010, 2019.

MOREIRA, Lucas Magalhães; MENNIN Regina Helena Petroni; LACAZ Francisco Antônio de Castro; BELLINI Victor Campos. (2019). Ligas acadêmicas e formação médica: estudo exploratório numa tradicional escola de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**; 43(1),115-25. 2019.

OLIVEIRA, Michelle Figueiredo; ARAUJO, Laís Moreira Borges. Saúde mental do estudante de medicina. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 11, p. 23440–23452, 2019.

RAIMONDI, Gustavo Antonio. **Corpos que (não) importam na prática médica: uma autoetnografia performática sobre o corpo gay na escola médica**. Orientador: Nelson Filice de Barros. 2019. 247 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Campinas, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva. **Diversa Cidadania, Revista UFMG**, Ano 3, nº 8, outubro de 2005b. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/diversa/8/entrevista.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SILVA, Simone Alves; FLORES, Oviomar. Ligas Acadêmicas no Processo de Formação dos Estudantes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 410-417, set. 2015.

TENÓRIO, Leila Pereira et al. Saúde Mental de Estudantes de Escolas Médicas com Diferentes Modelos de Ensino. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 4, p. 574–582, dez. 2016.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha. A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, dez. 2001.

Recebido em: 14 de abril de 2022.

Aceito em: 31 de agosto de 2022.